



Desenvolvimento urbano sustentável: o caso da cidade de Mocuba

Elmer Agostinho Carlos de Matos*

Resumo: Abordar a sustentabilidade das cidades em países em desenvolvimento, principalmente daquelas localizadas na África, com particular destaque para Moçambique, significa dar mais atenção à problemática levantada pela “Agenda Marrom” ou “Agenda Sanitária”, pois estes são os principais problemas que afetam a qualidade de vida da maioria dos cidadãos. Estes problemas estão ligados à incapacidade das prefeituras municipais em prestar serviços urbanos básicos eficientes e abrangentes, consequentemente levando a uma deterioração da vida urbana. Com base num inquérito realizado aos moradores da cidade de Mocuba (África), o artigo discute a prestação dos serviços urbanos básicos ao nível de sua abrangência espacial e as repercussões na qualidade de vida dos cidadãos.

* Universidade Eduardo Mondlane. Docente no Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique. Mestre em Geografia na área de Análise Territorial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Palavras-chave: Cidade; sustentabilidade; serviços urbanos; Mocuba.

Key-words: City; Sustainability; Urban services; Mocuba

Sustainable urban development: the case of the city of Mocuba

Abstract: To approach the sustainability of the cities in developing countries, mainly of those located in Africa, with particular reference to Mozambique; it means to give more attention to the problem raised for the “Brown Calendar” or “Sanitary Calendar”, because these are the main problems that affect the life quality of most of the city dwellers. These problems are efficiently linked to the incapacity of the municipal governments to provide basic urban services efficient and including, consequently taking to a deterioration of the urban life. Based on a survey made to residents of the city of Mocuba (Africa), article discusses the provision of the basic urban services to the level of their space scope and the consequence in the life quality.

Introdução

As preocupações com a questão ambiental começaram a emergir na década de 60 do século XX, quando se começa a perceber que o caminho trilhado pela maioria dos países, principalmente os ocidentais, estava criando desastres ambientais. Os primeiros alertas foram dados por Rachel Carson em 1962, com a publicação do seu livro intitulado *Silent Spring*, em que a autora denunciava o efeito dos agroquímicos na extinção das aves. Em 1971, Barry Commoner publica *The Closing Circle* onde apresentava os efeitos da industrialização e da tecnologia na crise ambiental e na qualidade de vida humana.

O lançamento do livro *Limites do Crescimento*, elaborado por uma equipe de cientistas norte americanos do MIT, dirigidos por Meadows, significou um passo importante na discussão dos problemas ambientais. Nessa publicação, os autores com base nas variáveis de população, recursos não-renováveis, produção industrial, alimentação e poluição, mostraram que o mundo caminhava para um colapso e que seria necessário tomar algumas medidas para se evitar. Os autores apresentam uma proposta de crescimento zero. O ano de 1972 é um marco histórico no debate ambiental porque, para além da publicação do livro dos Meadows, também se realizou a 1ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Homem. Com isso deram-se os primeiros passos para se alargar a discussão sobre a problemática ambiental, pois percebeu-se que esses problemas não se restringiam a um limite geográfico o qual o fenômeno ocorria.

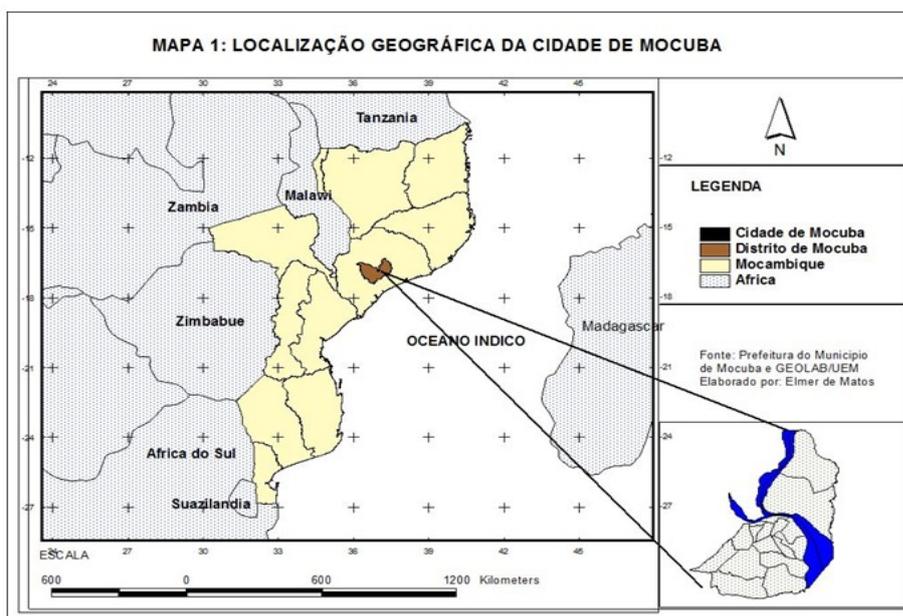
Discutir a questão do desenvolvimento sustentável, implica abordá-lo de uma forma holística, tanto para as áreas rurais como para as áreas urbanas. Ascelrad (1999) já se referia a este respeito, apesar de dar uma tônica especial para a questão da sustentabilidade urbana por ser consumidora dos recursos naturais, do espaço e ainda produtora de rejeitos. O autor refere que não se pode falar apenas de desenvolvimento urbano sustentável sem se abordar a questão do desenvolvimento rural sustentável, sendo abordagens inseparáveis, visto que uma influencia na outra. No contexto atual, parece ser apropriado entender a sustentabilidade a partir das cidades, principalmente neste momento em que a influência da sociedade urbana, referido por Lefebvre (1999) e Queiroz (1978), vai caracterizando o mundo em que vivemos.

Abordar a sustentabilidade das cidades em países em desenvolvimento, principalmente daquelas localizadas na África, com particular destaque para Moçambique, significa dar mais atenção à problemática levantada pela “Agenda Marrom” ou “Agenda Sanitária”, pois estes são os principais problemas que afetam a qualidade de vida da maioria dos cidadãos. Estes problemas estão ligados à incapacidade das prefeituras municipais em prestar serviços urbanos básicos eficientes e abrangentes, conseqüentemente levando a uma deterioração da vida urbana.

Estudos realizados por Manuel de Araújo em algumas cidades moçambicanas, com destaque para a cidade capital moçambicana, a cidade de Maputo, têm evidenciado o carácter dual da mesma, manifestada numa desigualdade na prestação de serviços sociais básicos, culminando na precarização da vida dos cidadãos que residem em bairros localizados fora do centro da cidade.

Com vista a entender a sustentabilidade das cidades moçambicanas, na categoria dos problemas relacionados com as doenças contagiosas e infecciosas, ligadas principalmente à provisão de infra-estruturas e serviços sociais básicos (com destaque para abastecimento de água encanada, saneamento e recolha de lixo), foi realizado um inquérito aos moradores da

cidade de Mocuba, com o objetivo de avaliar o impacto da prestação dos serviços sociais básicos na qualidade de vida, sua abrangência e eficiência. A cidade localiza-se no centro de Moçambique, no distrito de Mocuba, província da Zambézia (África) (vide mapa 1).



Para o alcance dos objetivos do estudo, foi realizado em janeiro de 2008 um inquérito por amostragem à 384 Agregados Familiares (AF) residentes na cidade de Mocuba. A definição do tamanho da amostra teve em atenção o total da população, a variabilidade da população e o grau de precisão desejada. Para tal recorreu-se a tabela de amostras elaborada por Gerrardi e Silva (1981). Todos os AF tinham a mesma probabilidade de serem selecionados para responderem ao inquérito. Foram selecionados, aleatoriamente, 6 dos 16 bairros da cidade.

Para se garantir a representatividade da amostra, a mesma teve em atenção as diferentes realidades espaciais que a cidade apresenta (a área central, suburbana e periurbana). A seleção dos AF foi feita com base no “método do dia” e, para a seleção do indivíduo dentro do AF a responder ao inquérito, recorreu-se ao método do “último aniversariante”, tendo sempre em atenção a alternância de sexo. Para além da informação recolhida através dos inquéritos, também se recorreu a entrevistas e a observação de alguns fenômenos, registados em máquina fotográfica.

A importância do estudo da sustentabilidade dos espaços urbanos

Desde os primórdios da existência do homem, a sua história nos conta que o homem viveu em harmonia com a natureza. Durante essa fase, em que a forma de organização espacial mais se aproximava ao espaço rural, Lefebvre (1999) refere que estávamos perante uma fase de ausência completa de urbanização (ou de cidades), e Queiroz (1978) a denomina de “sociedade tribal”, caracterizada pela existência de pequenos grupos humanos, onde cada família cuidava da sua subsistência e formava uma unidade independente. A fase seguinte foi marcada pelo surgimento das primeiras cidades, as cidades políticas/administrativas, havendo, a partir desse momento, mais uma forma de organização espacial, a que se pode denominar de urbano. A

essa fase Queiroz (1978) chama de “sociedade agrária”, que surge a partir do momento em que a produção de alimentos no campo aumenta, permitindo a existência de um grupo de pessoas que podiam desvincular-se da produção agrária e dedicar-se a outras atividades, criando uma nova forma de organização espacial. Até este momento, as relações entre o campo e a cidade eram dominadas pelo campo, apesar da cidade organizar e ser o centro administrativo.

Segundo Lefebvre (1999) as cidades foram evoluindo, deixando de ser políticas/administrativas passando a ser comerciais e mais tarde industriais. Com o surgimento das cidades industriais, as relações entre o campo e a cidade se alteraram, sendo a cidade a dominar o campo, tanto demograficamente como economicamente. Disso resulta que as cidades passam a conformar a organização do espaço rural (e o campo), adequando-o aos seus interesses. Nesta fase, conhecida como a “sociedade urbana” constata-se que a maior parte da população não mais se dedica a produção agrícola. Observa-se uma maior concentração de população nas cidades industriais e a agricultura aumenta a sua produtividade para alimentar um maior número de pessoas.

Nessa fase, a sociedade urbana, preocupada principalmente com o crescimento econômico, vai delapidando os recursos naturais existentes para satisfazer, cada vez mais, a alguns segmentos populacionais. A migração campo-cidade aumenta, o consumo de recursos não-renováveis e renováveis aumenta, a produção de alimentos aumenta para satisfazer, principalmente, a sociedade urbana, a corrida pela industrialização passa a ser o “símbolo” do crescimento e a poluição cresce a ritmos assustadores. Todos esses problemas, de certa forma, são gerados pela sociedade urbana ou industrial. Essa sociedade vai impondo o seu estilo de vida nos espaços rurais e nos países periféricos, aumentando a preocupação com a questão ambiental.

O alto nível de consumo passou a caracterizar os espaços urbanos, tornando-os em espaços cujos estilos de vida punham em causa a qualidade de vida da maior parte dos cidadãos, como também de áreas exteriores à cidade. As mesmas passam a ser espaços com os mais diversos problemas, desde os ligados ao saneamento do meio até aos ligados à poluição ambiental. A preocupação com a qualidade de vida nas cidades passa a ser um tema de debate, tanto nas cidades ocidentais como nas da periferia, pondo-se em causa a cidade como um espaço adequado para se viver.

Discutir a cidade, através do paradigma da sustentabilidade, passa a ser um desafio para a maior parte dos acadêmicos e interessados na matéria. É preciso construir, dentro das cidades, um modo de vida saudável, que fosse ao encontro dos objetivos do desenvolvimento sustentável. E, nesse prisma, adota-se o desafio de tornar as cidades sustentáveis, isto é, tornar o estilo de vida urbano sustentável, sem pôr em causa os moradores do perímetro urbano, seus descendentes e as áreas adjacentes ou mesmo distantes.

Segundo Camagni (2001), citado por Schussel (2004, p.64), “a conceituação do desenvolvimento sustentável implica na reflexão sobre a noção de ‘cidades sustentáveis’ porque as cidades concentram a maior fonte de poluição e produção de resíduos, além de consumirem a maior parte da energia do planeta”. Isto está, também, relacionado com o fato do modo de vida urbano, que caracteriza as cidades estar a expandir para o campo, principalmente nos países do ocidente, alterando a relação harmoniosa entre o homem e a natureza. Enquanto que para os países do ocidente o rural tende a desaparecer (como já foi referido por vários autores), para os países em desenvolvimento, principalmente os africanos, as cidades tendem a ser a única forma de escapar da pobreza, daí a crescente migração para as cidades. Isto vai (e está tendo) implicações na qualidade de vida urbana, principalmente no que se refere aos serviços e infra-estruturas existentes para suportar essa enorme demanda.

Ao falarmos das cidades sustentáveis, termo muitas vezes usado, pretendemos dar atenção ao estilo de vida desenvolvido nela, pois como foi referido por Ribeiro (2004, p.85), as cidades não podem ser sustentáveis pelo simples fato da cidade não ser "... um organismo vivo, autônomo, dotado de desejo e de capacidade de reprodução", mas sim uma "realização humana, obra edificada ao longo de muitos anos". Neste contexto, o que deve ser sustentável é o estilo de vida urbano que, segundo Palsule (2004) deve ser alterado a partir de uma revolução sustentável, guiada pelo poder da informação. Segundo o mesmo autor, essa revolução funcionaria como um paradigma que alteraria, de forma coletiva, quatro principais polaridades, nomeadamente: sentir (maneiras de experimentar idéias e ações), pensar (sobre diferentes estratégias de mudança), intuir (perceber intuitivamente o nosso lugar na Ecosfera mais abrangente) e valorar (os laços que nos conectam à terra e reorientar nosso sistema de valores).

O direcionamento para um estudo de sustentabilidade dos espaços urbanos parece ser, neste momento, mais apropriado, pelo fato da "sociedade urbana" estar a invadir o espaço rural, tomando este numa extensão sua, influenciando nas formas de relacionamento com a natureza. Por outro lado, esta vertente de estudo responde a dinâmica a que passamos, com uma rápida urbanização nos países em desenvolvimento, tendo-se atingido, em meados dos anos 2000, a marca de 50% da população mundial vivendo em áreas urbanas. Isto reforça mais a necessidade de tornar a vida nas cidades mais sustentáveis, principalmente nos países periféricos onde as questões ambientais que vão de encontro com as necessidades dos moradores urbanos não é das melhores.

Os problemas ambientais urbanos

Quando se analisa a questão do desenvolvimento urbano sustentável é fundamental compreender que os problemas ambientais podem variar de cidade para cidade, dependendo do seu nível de desenvolvimento. Também é importante compreender que uma cidade pode ser considerada sustentável, enquanto se verifica que a sua sustentabilidade é garantida graças a transferência de problemas ambientais para outras cidades ou outras regiões.

Num contexto generalizado, os principais problemas ambientais que ocorrem nas cidades podem ser agrupados em aqueles que ocorrem mais nos países do centro e os que ocorrem mais nos países da periferia. É claro que mesmo dentro dos países do centro ou da periferia podemos encontrar problemas que não são característicos desse grupo de países. A divisão dos problemas de acordo com a classificação desse grupo de países está estritamente relacionada com o fato da maioria dos países do centro já ter resolvido os problemas ligados à saúde da população urbana, enquanto que a maioria dos países da periferia se deparam com esse tipo de problema.

Satterthwaite (2004) divide os problemas ambientais em dois principais grupos, sendo o primeiro aquele que está mais relacionado com as necessidades dos moradores urbanos, isto é, restringindo-se ao nível interno (intra-urbano) e influenciando na qualidade de vida dos moradores. O outro grupo de problemas está relacionado com a transferência dos problemas para ecossistemas e populações que vivem fora da cidade ou mesmo a sua transferência para as gerações futuras. De acordo com essa divisão, pode-se perceber que o primeiro grupo de problemas está mais relacionado com as cidades dos países periféricos, enquanto que o segundo atinge mais as cidades dos países do centro.

O autor divide os problemas ambientais em 5 categorias, nomeadamente: os problemas relacionados com as doenças contagiosas e infecciosas (ou podemos denominar de saneamento básico); problemas relacionados com os perigos químicos e físicos no lar, no local de trabalho e na cidade em geral; problemas relacionados com a falta de espaços verdes e espaços públicos; problemas relacionados com a sua transferência para habitantes e ecossistemas no entorno da cidade; e os relacionados com a transferência de problemas ambientais para outros países ou mesmo para as gerações futuras.

A primeira categoria está associada às questões sanitárias, também denominada, muitas vezes, por “Agenda Marrom” ou ainda “Agenda Sanitária”. Nesta categoria se incorporam as necessidades de se controlar as doenças contagiosas e parasitárias, através da provisão de infra-estruturas sociais básicas (como por exemplo a água encanada, drenagem e a maioria dos tipos de saneamento) e serviços (incluindo o atendimento a saúde, serviços de emergência e coleta de lixo). A segunda categoria está associada com a redução dos perigos químicos e físicos através da regulamentação das atividades dos indivíduos e das empresas. Também se inclui nesta categoria a necessidade de se controlar os perigos ocupacionais, tais como a exposição de pessoas a concentrações tóxicas de substâncias químicas e poeiras; má iluminação, ventilação e espaços inadequados; falta de proteção no manejo de máquinas e ruídos. A terceira categoria prima fundamentalmente pela necessidade de se conquistar a alta qualidade do ambiente urbano para todos. Ela gira em torno de medidas que visam prover os ambientes urbanos com instalações que os tornem mais agradáveis, seguros e valorizados por seus habitantes (SATTERTHWAITE, 2004).

A quarta e quinta categoria estão estritamente relacionadas com a minimização da transferência dos problemas ambientais para áreas geográficas diferentes das da ocorrência do fenômeno, como também a sua transferência para as gerações futuras. Enquanto que a quarta se concentra na transferência dos problemas para a cidade-região, a quinta se refere a transferência para povos e ecossistemas mais distantes, incluindo para o futuro (IDEM).

Se analisado as 5 categorias brevemente comentadas, constata-se que elas podem ocorrer todas numa mesma cidade, porém cada uma das cidades pode dar enfoque para cada uma delas, dependendo do seu nível de desenvolvimento econômico e social e do nível de ocorrência do problema ambiental. Os problemas ambientais analisados, divididos em 5 categorias, podem mostrar o estágio de desenvolvimento de uma cidade, pois a maioria dos problemas das três primeiras categorias foram solucionadas até a metade do século XIX, com destaque para a primeira que teve a sua solução bem mais rápida que as restantes (SATTERTHWAITE, 2004). Os problemas das categorias 4 e 5 começaram a ser alvo de debate nos últimos anos, mostrando a sua recente importância na agenda das cidades.

Apesar dos problemas relacionados com a primeira categoria já terem sido resolvidos na maioria dos países do centro, constata-se que esse ainda continua a ser o “Calcanhar de Aquiles” para a maioria das cidades da periferia, com destaque para as cidades africanas. A isso também se associam os problemas da segunda e terceira categoria que vêm condicionando a qualidade de vida dos moradores dos centros urbanos.

Neste contexto, Souza (2002) refere que o saneamento básico deve ser incluído no conjunto dos indicadores de qualidade de vida. O mesmo autor define o saneamento básico, no seu sentido lato, como um conjunto de ações que o homem estabelece para manter ou alterar o ambiente, no sentido de controlar doenças, promovendo saúde, conforto e bem-estar. Para ele, isto incorpora as políticas de abastecimento de água, esgoto sanitário, sistema de drenagem e coleta e tratamento dos resíduos sólidos.

Os serviços urbanos são interdependentes, o bom funcionamento de um facilita a ação dos outros. Isto é, o bom funcionamento da rede de esgoto e drenagem urbana condiciona igualmente o bom funcionamento da rede viária, que também depende de um abastecimento de água e energia satisfatória. É esta noção de interdependência e de coerência funcional que exerce um papel decisivo quando se trata de generalizar os serviços urbanos para o conjunto da população (SOUZA, 2002).

Satterthwaite (2004) e Souza (2002) referem que historicamente os serviços urbanos se organizam como serviços públicos, o que significa que quando se faz referência aos serviços urbanos, se faz referência a intervenção do poder público. Ainda segundo os mesmos autores, estas intervenções podem se dar diretamente tanto na produção como na gestão dos serviços, ou indiretamente, quando os poderes públicos concedem a produção e exploração dos serviços ao sector privado, conservando geralmente as prerrogativas no financiamento, controle e regulamentação desse serviço.

As intervenções dos poderes públicos no domínio dos serviços fazem surgir diferentes formas de atuação, das quais se podem distinguir, principalmente, a gestão direta, onde os serviços são produzidos e geridos com os próprios meios da coletividade, municipalidade, Estado, associações dos bairros¹, etc.; e a gestão indireta, na qual a coletividade, responsável jurídica pelos serviços, delega a terceiros o total ou parte das operações necessárias à produção dos serviços. As principais formas de delegação são a concessão e a permissão onde as empresas privadas têm a responsabilidade total (ou parcial) dos serviços, sejam os investimentos, produção e gestão (SOUZA, 2002; SATTERTHWAITE, 2004).

Neste âmbito, podemos distinguir dois tipos de bens, os públicos e os privados. Rakodi (2003), analisando-os segundo a teoria econômica, classifica os bens públicos como “não exclusivos” (uma vez produzidos não impedem a ninguém do seu uso) e “não rivais” (o consumo por uma pessoa não reduz a quantidade de bens disponíveis). Neste contexto os serviços que apresentam estas características deveriam produzir-se coletivamente e financiar-se através dos impostos. Enquanto que os bens privados, pelo contrário, são “exclusivos” (quem não paga pode ser excluído do seu consumo) e “rivais” (a parte dos serviços consumidos por uma pessoa não deve ser consumida por outra). Os serviços dessa natureza devem ser produzidos através do mercado e pagos por quem os usa.

Rakodi (2003) Satterthwaite (2004) referem que, as reformas introduzidas ao longo do tempo, dando aval a privatização, traduziram-se em muitos casos, na extensão dos serviços e numa maior eficiência, mas raramente numa maior qualidade e abrangência, pelo fato das empresas privadas geralmente optarem por prestarem determinados serviços e em determinadas áreas nas quais os beneficiários podem pagá-los. Satterthwaite (2004) refere que durante muito tempo se concebeu que a privatização era a melhor solução para as autoridades urbanas fracas e ineficientes. Porém, o tempo mostrou que essa estratégia era apenas responsável pela segregação e deterioração da qualidade de vida de parte significativa da população urbana.

Rakodi (2003) aponta a intervenção do poder público como sendo a melhor solução quando: (a) não é possível aplicar tarifas que cubram os custos; (b) se quer assegurar o acesso a população de renda baixa; e (c) os investimentos necessários não está ao alcance dos privados e a competição não está generalizada.

As limitadas capacidades financeiras de muitos governos municipais impedem que sejam dadas atenções adequadas à solução dos problemas ligados à saúde pública, pois isso leva a que as autoridades urbanas ou municipais fiquem dependentes da ajuda internacional para a

¹ Pereira (2001) inclui nesta categoria, a capacidade das comunidades locais se auto-organizarem de modo a fazer face aos problemas no fornecimento dos serviços urbanos (tanto pelo sector público como pelo privado), sendo esta uma alternativa viável para as camadas mais pobres.

² Designação usada para segregar, entre os moçambicanos, aquele grupo que poderia se beneficiar de alguns benefícios sociais e econômicos no país. Esse grupo de moçambicanos, pequeno, era considerado como aqueles que se civilizaram, isto é, entraram no mundo ocidental ou na cultura ocidental (portuguesa).

realização de seus projetos de melhoria da qualidade de vida urbana. Isso dificulta o desenvolvimento de programas de longo prazo para a melhoria do desempenho ambiental (SATTERTHWAITE, 2004).

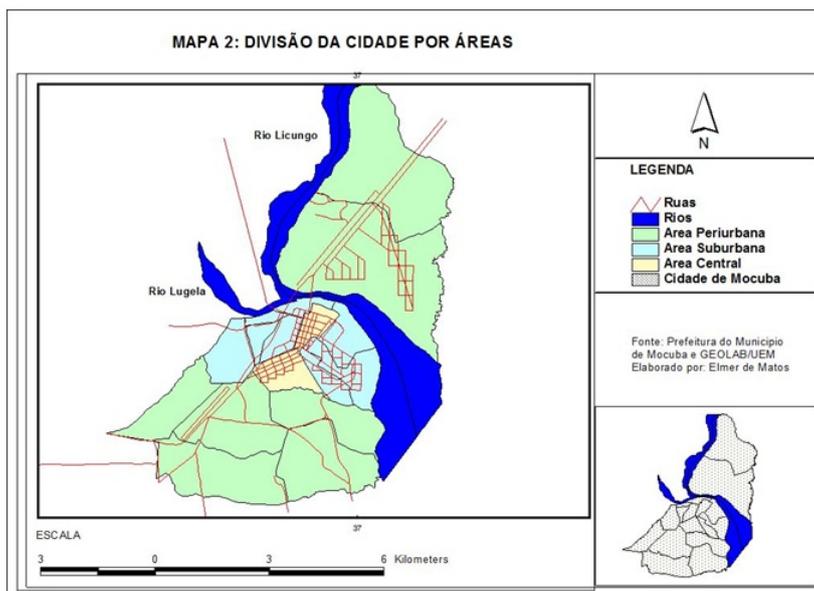
Como solução das limitações financeiras dos governos municipais, observa-se que o caminho trilhado pela maioria das autoridades municipais passa e/ou passou pela privatização no fornecimento dos serviços urbanos. Essa estratégia apresenta-se menos apropriada para resolver os problemas de abrangência ou universalização dos serviços urbanos básicos, pois ela apenas privilegia os segmentos populacionais que podem pagar pelo serviço.

Como esses serviços são essenciais à vida urbana, e como o setor público decretou incapacidade de prover aos seus moradores e, o setor privado está mais preocupado com lucro, providenciando apenas aos que podem pagar pelos serviços, aos pobres apenas resta se organizarem comunitariamente ou beneficiarem-se de serviços prestados por uma organização não-governamental ou ainda, não se beneficiarem desses serviços e, cada morador encontrar uma solução.

Sustentabilidade na cidade de Mocuba

Abordar a problemática de sustentabilidade para as cidade moçambicanas poderia passar por incluir as 5 categorias de problemas identificadas anteriormente, porém as prioridades para essas cidades seriam as 3 primeiras dado seu impacto na qualidade de vida dos moradores. Neste ensaio, dar-se-á mais atenção aos problemas de saneamento básico, pois é neste campo em que as cidades moçambicanas, com especial destaque para a cidade de Mocuba, mais se identificam.

Para compreender a sustentabilidade na cidade de Mocuba será necessário compreender o percurso histórico percorrido pela cidade. Até 1975 apenas os colonos e um pequeno grupo de “assimilados²” tinham direito a cidade. A cidade, internamente, se apresentava segregacionista. Estudo realizado por Matos (2010) mostrou a dualidade da cidade, sendo constituída, nessa altura, por duas manchas distintas, sendo a central denominada de “área central” e a periférica denominada de “área suburbana” (vide mapa 2). A “área central” era a cidade propriamente dita, organizada territorialmente, com uma planta ortogonal e com presença de infra-estruturas sociais bem como dos serviços urbanos. Esta era a cidade habitada por população de cor branca (colonos) e por alguns moçambicanos (os assimilados). A “área suburbana” era constituída por habitações construídas de material precário, os bairros surgiram espontaneamente, sem um planejamento, apresentando uma planta indiferenciada ou anárquica, sem infra-estruturas sociais nem serviços urbanos. Era a área de ocupação da população negra (moçambicana).



Com o alcance da independência em 1975 e, a expulsão e fuga de vários portugueses de Moçambique, a cidade passa a ser local de forte imigração. As taxas médias de crescimento médio anual das cidades moçambicanas chegaram a atingir a média de 22,3% (ARAÚJO, 2003, p.172), o que demonstra uma corrida acentuada da população para ter acesso à espaços outrora de exclusão. Esse acelerado crescimento populacional não foi acompanhado por um aumento de infra-estruturas para atender a essa população e, ao mesmo tempo que não foi acompanhado por um processo de planejamento. Isso culminou com a degradação das infra-estruturas urbanas existentes e um crescimento espacial anárquico.

Nesse contexto, as duas manchas anteriormente descritas não deixaram de existir, mas alteraram parte das suas características. A “área central” deixa de ser exclusiva apenas dos brancos e, observa-se uma pressão sobre as infra-estruturas e serviços urbanos existentes que não acompanharam essa nova demanda populacional (pois houve uma corrida massiva para ocupar as habitações desta área, densificando a área que não estava planejada para esse número de habitantes). A “área suburbana” passa a ser densamente ocupada e mantém as características anteriormente descritas. A densificação dessa área surge como resposta à necessidade de estar mais próximo dos postos de trabalho. Como consequência das migrações, não só desse período, mas também de períodos seguintes que passaram a ter um registro de crescimento médio de 4,6%, surge uma terceira mancha, a “área periurbana” ou também chamada de “área rural” pelas características que a configuravam, pois fora resultado de uma reclassificação urbana, como forma de se encontrar espaços para a expansão da cidade (vide mapa 2). No geral, esta nova área criada pouco se apresentava como urbana, visto que as características eram próprias de uma área rural.

Todo esse processo de urbanização iniciado a partir de 1975 não foi acompanhado por um processo de ampliação e/ou melhoria de infra-estruturas e nem dos serviços urbanos, fator que ditou a deterioração da qualidade de vida dos moradores. Os moradores passaram a depender, principalmente, das infra-estruturas existentes na chamada “área central” que só por si não eram suficientes para satisfazer a demanda dessa área.

Este cenário, de total falta de infra-estruturas e de serviços sociais básicos, ainda caracteriza a cidade de Mocuba, mesmo depois de passados mais de 30 anos de independência. As desigualdades entre as 3 áreas que caracterizam a cidade de Mocuba são visíveis ao nível do

³ A cidade de Mocuba tinha, em 2004, 85829 habitantes, dos quais a área central tinha 8685 habitantes; a área suburbana tinha 44755 ; e a área periurbana albergava 32389 habitantes (MATOS, 2010).

saneamento básico, sendo, a área central, a que melhor se apresenta em relação as restantes. Analisando a prestação dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de lixo pode-se perceber claramente a situação de insustentabilidade da cidade.

Abastecimento de água

O abastecimento de água à cidade de Mocuba é feito pela empresa Águas de Mocuba que fornece a 651 consumidores registados³. Os mesmos localizam-se, principalmente, na área central. Dadas carências financeiras que a empresa enfrenta, há dificuldades em alargar o número de beneficiários bem como a área de abrangência, principalmente para a periferia da cidade.

A tabela 1 mostra claramente que esta empresa apenas beneficia a área central, onde 32% dos AF inquiridos beneficia-se de água encanada. Apesar desta área ser abrangida pelos serviços de abastecimento de água, constata-se que a maioria dos inquiridos (39,8%) recorre a torneira do vizinho, como principal alternativa. Para as restantes área do espaço urbano da cidade, observa-se que a recorrência a torneira do vizinho surge, também, como a principal alternativa, sendo mais expressiva na área suburbana, devido a sua proximidade ao centro, local que apresenta o sistema de abastecimento de água encanada implantado.

Tabela 1 - Principal fonte de abastecimento de água por área do espaço urbano (%)

Fonte de abastecimento de água	Área do espaço urbano			Total
	Central	Suburbana	Periurbana	
Água encanada (dentro de casa)	10,9	0,7	0,0	3,9
Água encanada (fora de casa)	21,1	7,8	4,7	11,2
Fontanário	0,0	19,4	3,9	7,8
Furo	5,5	2,3	4,7	4,2
Poço	22,7	17,1	35,9	25,2
Rio/lagoas	0,0	10,9	18,8	9,9
Torneira do vizinho	39,8	41,2	34,3	37,4
Outro	0,0	0,7	0,7	0,4

Fonte: Trabalho de campo

A recorrência a fontes de abastecimento de água consideradas inadequadas para o consumo é preocupante. Cerca de 10% dos inquiridos recorre aos rios/lagoas. A situação é mais alarmante para a periferia onde esta surge como a 3ª principal fonte de abastecimento de água. O consumo direto da água dos rios/lagoas é mais evidente nos bairros em que são atravessados ou que se localizam próximos do rio Licungo e Lugela.

Os poços são a principal fonte de abastecimento de água aos residentes da área periurbana. Esta fonte também apresenta-se em destaque nas restantes áreas da cidade. A qualidade de água proveniente dos poços é preocupante, principalmente para a periferia, pois os poços localizados nas áreas central e suburbana são, na sua maioria, de propriedade privada (caseiros) e uma parte destes apresenta algum tipo de proteção contra a poluição da água. Mas, para os poços localizados na periferia, constatou-se que alguns destes não têm tampa, são de pouca profundidade e utilizados por um número significativo de famílias.

Dada a incapacidade da empresa de águas de Mocuba, no que concerne a sua capacidade de fiscalização e de alargamento do número de consumidores, a maioria dos residentes são muitas vezes “obrigados” a recorrer ao vizinho que dispõe destes serviços, pagando por balde ou através de contratos verbais informais de pagamento mensal. Esta situação é do conhecimento da empresa que, por incapacidades atrás descritas, indiretamente incentiva, ao fixar, nos seus consumidores, taxas fixas de pagamento de água tendo em conta a existência desses contratos. Esta ação permite que esta forma de abastecimento de água se consolide e se torne numa ação normal e “formal”.

Dos AF entrevistados que revelaram retirar água na casa do vizinho, observa-se da tabela 2., que a maioria deles paga diariamente (52,1%) por cada balde de 20 litros, que em média custa 1,00Mts (equivalente a R\$0,08).

Tabela 2 - Modalidade de pagamento para os AF que retiram água na torneira do vizinho por área do espaço urbano (%)

	Área do espaço urbano			Total
	Central	Suburbana	Periurbana	
Não paga	13,7	0,0	9,8	7,6
Paga por Balde (diariamente)	62,7	50,0	41,4	52,1
Paga mensalmente	23,6	50,0	48,8	40,3

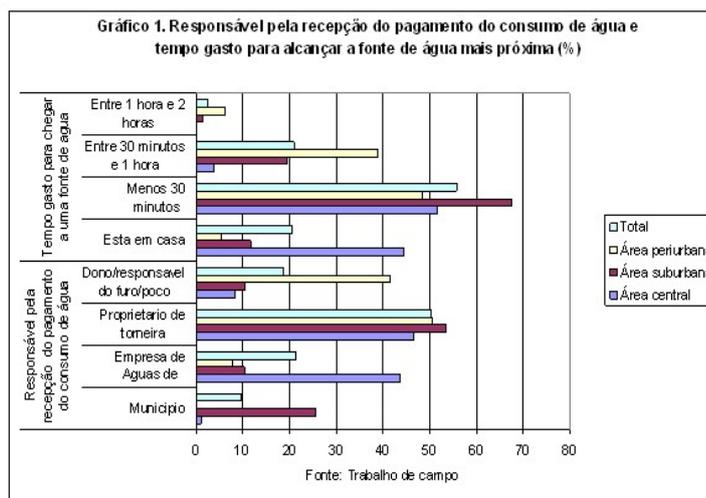
Fonte: Trabalho de campo

A prefeitura municipal, sabendo das dificuldades de abrangência dos serviços de abastecimento de água encanada à maioria dos cidadãos, abriu fontanários nas áreas suburbana e periurbana, por forma a fornecer água potável. A maior parte dos fontanários encontram-se localizada na área suburbana pelo fato do seu funcionamento estar dependente do sistema de canalização existente. Isso explica a reduzida recorrência da população residente nas áreas periurbanas a essa fonte de abastecimento (Tabela 1).

A existência de vários proprietários de fontes de abastecimento de água, desde a empresa de águas, passando pelos proprietários de torneiras, poços e furos, terminando no município, configuram o cenário de prestação deste serviço na cidade, tentando satisfazer a demanda local. Os proprietários de torneiras surgem como os principais fornecedores de água aos cidadãos, em todas as áreas da cidade. O segundo fornecedor de água varia nas três áreas. Para a área central destaca-se a empresa Águas de Mocuba, quase que repartindo o número de clientes com a primeira opção. Os fontanários, geridos pela prefeitura municipal, evidencia-se na área suburbana, enquanto que para a área periurbana os proprietários de poço e furos se destacam (vide gráfico 1).

⁴ Aspecto referido e confirmado pelo vereador de saneamento do Município. Entrevista realizada em janeiro de 2008.

⁵ Entrevista realizada em janeiro de 2008.



Os resultados mostram as nítidas diferenças entre as três áreas do espaço urbano da cidade. Apesar dos proprietários de torneira se evidenciarem como o principal fornecedor de água aos cidadãos, constata-se que a proximidade ao centro da cidade (em que se encontra implantado o sistema de abastecimento de água encanada) vai influenciar na fonte de captação de água para cada área da cidade. Para as duas áreas (central e suburbana) destacam-se as fontes de abastecimento direta ou indiretamente ligadas ao sistema de abastecimento de águas da empresa local. Para a área periurbana, constata-se que os residentes recorrem aos proprietários dos poços e furos (localizados, em muitos casos, próximos das suas áreas de residência) ou, são “obrigados” a recorrer distâncias significativas para ter acesso aos fontanários ou aos proprietários de torneira, percorrendo, em média, 30 minutos (vide gráfico 1)

Qualidade e quantidade da água consumida

A água fornecida pela Empresa Águas de Mocuba é turva, aparentando carência de um processo de tratamento da mesma antes de chegar ao consumidor⁴. A empresa enfrenta alguns problemas financeiros para a aquisição de produtos químicos necessários para o tratamento da água, contudo, segundo o Diretor da empresa⁵, ainda existem estoques suficientes para o tratamento da mesma por mais algum tempo.

Para os entrevistados, observou-se que mais de 70% deles manifestou preocupação em relação a qualidade de água. Os níveis de preocupação são maiores nas áreas central e suburbana, espaços que se beneficiam principalmente da água fornecida por esta empresa (tabela 3.).

Tabela 3 - Preocupação dos AF's face a quantidade e qualidade da água utilizada por área do espaço urbano (%)
Total Fonte: trabalho de campo

Qualidade da água	Área do espaço urbano			Total
	Central	Suburbana	Periurbana	
Preocupado	74,2	71,3	68,8	71
Não preocupado	25,8	28,3	31,2	1,4
Quantidade da água				
Preocupado	57,0	55,0	78,9	28,6
Não preocupado	43,0	45,0	21,1	63,6

A empresa de águas fornece a água com algumas restrições, dividindo a cidade por zonas. Por dia o abastecimento é feito a partir das 5:00 as 12:00horas, com uma interrupção de 1h, voltando a fornecer a partir das 13:00 as 17:00 horas⁶. Porém, esta periodicidade não parece ser verificada nos bairros suburbanos, onde podem passar mais de 4 dias sem o serviço. E, mesmo dentro da área central, certas áreas são beneficiadas em detrimento de outras.

⁶ Segundo o diretor da empresa de Águas de Mocuba

Na opinião dos AF entrevistados, perto de 65% deles manifestou preocupação em relação a quantidade de água disponível para as necessidades diárias. Os mais protestantes foram os residentes da área periurbana com aproximadamente 80% dos entrevistados a manifestarem a sua insatisfação (tabela 3.).

Esta maior preocupação na periferia pode estar relacionado com o reduzido número de poços, furos e proprietários de torneiras existentes, o que provoca uma maior concentração de pessoas nas poucas fontes de água existentes, aumentando a possibilidade de especulação do preço de água. Também se acrescenta o baixo nível de renda dos residentes desta área, o que lhes impede de aumentar a quantidade de água para o consumo doméstico.

Todos os entrevistados foram críticos em relação a qualidade e quantidade da água disponível para o consumo, excetuando os AF que afirmaram consumir água proveniente dos furos. Isto pode estar relacionado com o fato dos furos serem abertos por empresas qualificadas e que as profundidades dos mesmos são maiores e estão cobertos, evitando a poluição dos mesmos (tabela 4.).

Tabela 4 - Relação entre principal fonte de água e a qualidade e quantidade de água disponível (%)
Fonte: Trabalho de campo

Principal fonte de abastecimento de água	Qualidade		Quantidade	
	Preocupado	Não preocupado	Preocupado	Não preocupado
Água encanada (dentro de casa)	86,7	13,3	66,7	33,3
Água encanada (fora de casa)	88,4	11,6	51,2	48,8
Fontanário	73,8	26,7	43,3	56,7
Furo	31,3	68,7	37,5	62,5
Poço	53,6	46,4	57,7	42,3
Rio/lagoa	81,6	18,4	71,1	28,9
Torneira do vizinho	78,5	21,5	76,4	23,6

Os mais críticos em relação a qualidade da água foram os inquiridos que consomem a água proveniente da Empresa Águas de Mocuba (encanada, fontanário e da torneira do vizinho) e dos rios/lagos. No que concerne à quantidade, os mais críticos são os que consomem água proveniente da torneira dos vizinhos e dos rios/lago (tabela 4.). Isto está relacionado ao fato da quantidade a obter por dia estar dependente da capacidade financeira do cidadão, como também da disponibilidade da água fornecida pela empresa, pois nem sempre a água sai e, quando sai, apenas é por um tempo bastante limitado, não permitindo que todos os que procuram pelo líquido consigam obter quantidades suficientes para satisfazer as suas necessidades diárias.

Em relação aos que recorrem aos rios/lagoas constata-se que estas fontes estão normalmente dependentes das condições climáticas. Isto é, em determinadas épocas a

quantidade de água disponível no caudal dos rios é bastante reduzida, chegando a secar nos lagos. Em outras épocas, normalmente na época das chuvas, a água apresenta-se turva, condicionado o seu uso. Dessa forma, os moradores são obrigados a procurarem por outras fontes, estando limitadas financeiramente para o aumento da sua quantidade.

Recolha de lixo

A recolha de lixo ainda é um grande desafio para a maior parte das cidades moçambicanas, visto que os gestores destes serviços não conseguem torná-la abrangente e eficiente. Na cidade de Mocuba, o lixo é normalmente enterrado em casa por falta de uma recolha abrangente. Esta forma de eliminação do lixo é mais evidente nas áreas suburbana e periurbana (80,6% e 85,9%, respectivamente) da cidade, onde os habitantes decidem individualmente sobre o destino final do mesmo (gráfico 2).

Para o centro da cidade, a situação apresenta-se diferente, pois a maioria dos AF inquiridos (53,9%) revelaram ter um depósito específico como o principal local de deposição do lixo. Na verdade, esses depósitos específicos são cruzamentos de determinadas ruas, previamente definidos ou aceites pela entidade responsável pela recolha (vide figura 1).

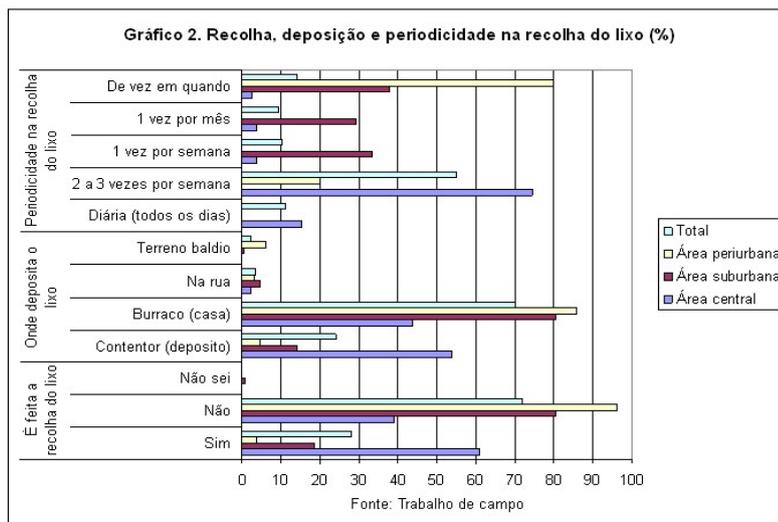


Figura 1 — Locais de deposição de lixo localizados na área central



Fonte: Trabalho de campo

Para além dos cruzamentos definidos como locais de deposição do lixo doméstico, observa-se que em algumas áreas, localizadas no e fora do centro da cidade, e nos estabelecimentos públicos, como escolas, é frequente observar depósitos de lixo construídos com blocos e rebocados com cimentos, o qual são denominados de “silos” (vide figura 2). Os “silos” foram construídos pela prefeitura municipal. No princípio, os mesmos apenas se localizavam nas escolas, sendo locais de deposição de lixo vegetal. Com o tempo, os silos passaram a ser construídos em algumas ruas, passando a ser locais definidos para a deposição do lixo doméstico.

Figura 2 — Exemplos de alguns “silos” encontrados nas ruas da cidade



Fonte: Trabalho de campo

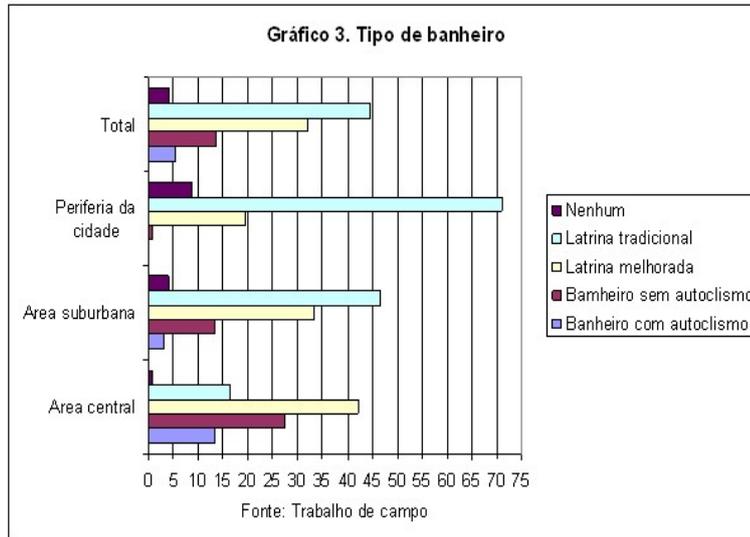
A periodicidade com que a prefeitura municipal recolhe o lixo depositado nos locais anteriormente mencionados é irregular, variando nos três espaços que compõem a realidade urbana da cidade. Os residentes localizados na área periurbana da cidade revelaram que a prefeitura não recolhe o lixo, daí que são obrigados a encontrarem o destino final do mesmo. Menos de 20% dos AF localizados na área suburbana referiram que a recolha do lixo é feita e, que a mesma é feita de vez em quando (vide gráfico 2).

Para os residentes localizados na área central, verifica-se que a recolha do lixo é diária. Nos casos em que ela não é feita, constata-se que o espaçamento de recolha nunca é superior a 3 dias por semana. Durante o trabalho de campo constatou-se que o lixo é recolhido diariamente, dando a sensação de uma cidade limpa e sem resíduos sólidos acumulados em esquinas da urbe, pois os “locais” de deposição de lixo estão normalmente limpos, disfarçando as suas funções para um turista menos atento.

O serviço prestado pelo Conselho Municipal na recolha de resíduos sólidos é cobrado a todos os cidadãos que se beneficiam da rede elétrica. Quer se beneficie ou não pelo serviço de recolha de lixo, o mesmo é cobrado diretamente através do consumo de eletricidade. A não discriminação da cobrança dos serviços de recolha de lixo está relacionado ao fato da taxa estar incluída na fatura de cobrança do consumo de energia elétrica. Essa forma de cobrança penaliza os residentes localizados na área periurbana e parte dos localizados na área suburbana que são forçados a encontrarem soluções internas (familiares) para a ausência deste serviço. Apesar deste serviço ser cobrado pela prefeitura municipal, constata-se que cerca de 40% dos AF não têm conhecimento do pagamento da taxa de lixo a que estão sujeitos. A proporção é maior na área periurbana, onde a porcentagem de AF que desconhece é de perto de 60% e menor na área central onde é de 26%.

Saneamento do meio

A melhoria das condições de saúde, que de certa forma vão influenciar no nível de desenvolvimento de uma sociedade é também afetada pelo saneamento do meio. A maioria dos AF da cidade de Mocuba utiliza latrinas⁷ tradicionais (44,7%) como forma de satisfazer as suas necessidades biológicas (gráfico 3.).



As condições de saneamento do meio são mais assustadoras na área periurbana e suburbana, onde a proporção dos AF que dispõe de latrinas tradicionais é no mínimo três vezes superior ao da área central. O caso é mais grave na área periurbana onde mais de 70% recorre a este tipo de latrina.

As latrinas tradicionais são feitas de material precário local, o que não oferece boas condições de saneamento, inalando, em muitos casos, cheiros nauseabundos e estando susceptíveis a desabamento em caso de chuvas com alguma intensidade.

Quando a latrina enche quase todos os membros do AF que usam latrinas, principalmente as tradicionais, trocam-na, isto é, cavam um outro lugar para a construção de uma nova latrina (tabela 5.). Alguns entrevistados revelaram serem eles próprios a fazerem o esvaziamento das suas respectivas latrinas, o que pode ser prejudicial para a saúde dos membros do AF, visto não possuírem equipamentos adequados para a realização desse tipo de trabalho.

Tabela 5 — Como faz quando a latrina enche por área do espaço urbano (%)

	Área do espaço urbano			Total
	Central	Suburbana	Periurbana	
Troca de latrina	97,4	95,5	99,1	97,5
Faz o esvaziamento sozinho	1,3	3,4	0,9	1,8
Existe uma empresa	1,3	1,1	0,0	0,7

Fonte: Trabalho de campo

Apesar de em tempos na cidade ter havido uma campanha de construção de latrinas melhoradas, observa-se que os resultados mostram que ainda o número de beneficiários é inferior ao das latrinas tradicionais. Ainda existem casos de AF sem nenhum tipo de retrete, sendo também acentuado na área periurbana da cidade. Normalmente, os AF sem retrete e que se localizam nas proximidades dos rios fazem as suas necessidades biológicas a beira do rio.

Considerações Finais

A prestação dos serviços sociais básicos urbanos aos cidadãos de Mocuba apresenta-se excludente, ineficiente, tornando precária a qualidade de vida. As diferenças na sua prestação são bem evidentes ao nível das três áreas que corporizam o espaço urbano da cidade.

As marcas deixadas pelo percurso histórico da cidade, materializada nas formas espaciais da cidade são hoje a realidade urbana da cidade, onde viver fora do perímetro central significa ser pobre, ou melhor, estar privado do direito à cidade, mesmo que exerça os deveres de nela viver.

A precarização da qualidade de vida na cidade ou, a exclusão da maioria dos cidadãos do seu direito à cidade teve início com a colonização. Com o alcance da independência nacional (em 1975) que, em princípio, significaria o fim de um longo período de exclusão à cidade, não foi materializado. Apesar da grande maioria dos moçambicanos passar a viver dentro do perímetro da cidade, o mesmo não significou a sua incorporação à vida urbana, sendo apenas um amontoado de gente vivendo no perímetro da cidade.

A corrida ao tempo perdido, materializada num aumento considerável da migração campo-cidade ou mesmo suburbano-centro, foi um fenómeno que caracterizou o processo de urbanização das cidades moçambicanas, com destaque particular para a cidade de Mocuba. A área central, planejada para um determinado número de habitantes não apresentou condições suficientes para suportar um grande número de novos cidadãos rurais, que para além de ser um número de moradores superior a capacidade planejada, apresentavam estilos de vida rurais e, em alguns casos, incompatíveis com os estilos de vida urbano.

Essa necessidade de viver a “cidade excluída” não foi acompanhado por planeamento urbano, que para além de conceber o ordenamento espacial das áreas residenciais, de serviços, comerciais, etc, não foi capaz de criar condições para a ampliação das infra-estruturas e serviços sociais básicos. A falta de um planeamento urbano foi, em certa medida, condicionado pelo avanço da guerra civil, que fustigou mas as áreas rurais e as periferias urbanas, impulsionando as migrações para as cidades e para os seus centros, ao mesmo tempo que deslocava a atenção governamental para o desenrolar da guerra civil (iniciada em 1976 e terminada em 1992).

Durante muito tempo a preocupação da prefeitura municipal foi o alargamento da cidade para fazer face a demanda migratória. A reclassificação urbana não teve em atenção as necessidades de provisão dos serviços urbanos aos cidadãos, mas sim a sua inclusão ao tecido urbano.

Passados mais de 30 anos após a independência, constata-se que grande parte dos cidadãos ainda não tem direito a cidade. A cidade é segregacionista. A segregação aos serviços sociais básicos, materializada na morfologia urbana, cristaliza o espaço urbano da cidade. Viver na periferia da cidade é estar vetado a ter qualidade vida adequada.

Se analisado a prestação dos serviços sociais básicos como o abastecimento de água, recolha de lixo e saneamento do meio ao nível das áreas que compõem o espaço urbano da

cidade, constata-se que apenas os moradores da área central são os que se beneficiam desses serviços, apesar de se registrarem algumas restrições. A medida que se vai deslocando para a periferia da cidade maiores são as carências enfrentadas pelos moradores.

A não cobertura dos serviços urbanos torna a cidade de Mocuba uma cidade incapaz de cumprir com a “Agenda Marron”. Os mais prejudicados são os moradores localizados nas áreas suburbana e periurbana. Os efeitos desses aspectos são notórios nos elevados casos de doenças diarréicas diagnosticadas no Hospital Rural de Mocuba. Os dados do hospital demonstram que os bairros localizados ao longo das margens dos rios Licungo e Lugela (nomeadamente 16 de junho; CFM, Tomba de Água, Marmanelo e Lugela) são os que apresentam o maior número de moradores que dão entrada nos serviços do hospital. Estes bairros fazem parte do grupo dos que apresentam uma porcentagem preocupante de moradores com latrinas tradicionais, consumindo água proveniente dos rios/lagoas e poços.

Se a qualidade de vida de uma cidade é medida, num primeiro momento, pela capacidade da prefeitura municipal em prestar serviços sociais básicos urbanos abrangentes, eficientes e de qualidade, então, o estudo demonstra que esta meta está longe de ser alcançada pela prefeitura municipal, pois os serviços mostraram-se excludentes, ineficientes e sem qualidade.

Em algumas cidades, a incapacidade da prefeitura municipal é coberta por privatização ou por uma auto-organização dos moradores em comunidades para prestarem os serviços, pois estes são indispensáveis à vida urbana. Para o caso da cidade de Mocuba, por ser uma cidade média, fortemente marcada por estilos de vida rural e, dependente, economicamente do Estado, observa-se que as soluções, por vezes de risco, são encontradas ao nível de cada família. Essas soluções, apesar de serem de risco e menos adequadas para um ambiente saudável, são, de certa forma tolerados e encorajados pela prefeitura municipal.

A prefeitura municipal parece ter declarado a sua incapacidade de prover os serviços necessários a vida urbana, mesmo quando os mesmos se mostram indispensáveis. Os moradores, apesar de residirem dentro do perímetro urbano apenas lhes são cobrados os deveres como cidadãos e expropriados dos seus direitos, fundamentalmente o direito a cidade, ou simplesmente a uma vida saudável.

Referências

ACSELRAD, Henri. “Discursos da sustentabilidade urbana”. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. Número 1, p. 79-90, maio, 1999.

ARAÚJO, Manuel G. M. “Ruralidades-Urbanidades em Moçambique: conceitos ou preconceitos”. Revista da Faculdade de Letras-Geografia. I Série. Vol XVII/XVIII, p. 5-11, 2002.

ARAÚJO, Manuel G. M. “Os Espaços Urbanos em Moçambique”. GEOUSP Espaço e Tempo. n° 14, p. 165-182, 2003.

ARAÚJO, Manuel. G. M. e RAIMUNDO, Inês M. “Towards a Sustainable waste Urban Management: the Maputo city council and its urban dwellers”. Sustainable Planning & Development. Southampton. WITpress, p. 955-962, 2003.

CANEPA, Carla. Cidades sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade. São Paulo: RCS Editora, 2007.

GERARDI, Lícia H. de O. & SILVA, Barbara-Christine N. Quantificação em Geografia. São Paulo. Editora DIFEL, 1981.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MATOS, Elmer A. C. de. "Evolução e distribuição espacial na cidade de Mocuba". Geografia Ensino & Pesquisa. V. 14, n. 3, p. 46-61, jul./dez. 2010.

PALSULE, S. S. "O desenvolvimento sustentável e a cidade". In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (Orgs.). Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 33-57.

PEREIRA, Francisco. "Prestação dos Serviços Municipais". In II Reunião Nacional dos Municípios. Maputo, 2001, p. 165-173.

QUEIROZ, Maria I. P. Cultura, sociedade rural, sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos/USP, 1978.

RAKODI, Carole. "Ciudad y Servicios: Producción e gestión de los servicios urbanos". La Ciudad Inclusiva. p. 153-174, 2003.

RIBEIRO, W. C. "Cidades ou sociedades sustentáveis?" In: CONGRESSO NACIONAL DE PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA/CREA – EXERCÍCIO PROFISSIONAL E CIDADES SUSTENTÁVEIS, 5., São Luiz, 2004., Anais... São Luiz: CONFEA E CREA, 2004, p. 83-91.

SATTERTHWAITE, D. "Como as cidades podem contribuir para o desenvolvimento sustentável". In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (Orgs.). Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 129-169.

SCHUSSEL, Zulma das G. L. "O desenvolvimento urbano sustentável – uma utopia possível?" Desenvolvimento e meio ambiente, n. 9. Editora UFPR, 2004. p. 57-67.

SOUZA, Maria S. De. "Meio Ambiente Urbano e Saneamento Básico". Mercator – Revista de Geografia da UFC. Ano 01, número 01. p. 41-52, 2002.

Correspondência

Elmer Agostinho Carlos de Matos —

E-mail: elmer.matos@uem.mz

Recebido em 10 de junho de 2011

Revisado pelo autor em 14 de junho de 2012

Aprovado em 02 de junho de 2012.

Correspondência

José Arnaldo Ribeiro Junior — Rua Dom Pedro I, nº220, Bairro de Fátima, São Luís-Maranhão. CEP: 65030-430

E- mail: ajr_tyler@yahoo.com.br

Recebido em 16 de junho de 2011.

Revisado pelo autor em 05 de outubro de 2011.

Aprovado em 28 de outubro de 2011.